Entre peixes e humanos: o conflito pesca e conservação ambiental no litoral sul do Brasil

Andreza Martins[*]
Leila Christina Dias[**]
Ademir Antonio Cazella[***]

Resumo

Em um cenário atual de mudanças climáticas, sobrepesca, esgotamento generalizado dos recursos pesqueiros marinhos associados ao aumento exponencial da demanda per capita mundial pelo consumo de peixes e derivados, a delimitação de espaços marinhos protegidos continua a ser adotada, em escala global, como a principal ferramenta política territorial para salvaguarda dos ambientes marinhos. Partindo da análise da rede de atores associados à pesca em uma área marinha protegida no litoral sul do Brasil, demonstramos que embora a criação de espaços protegidos seja fundamental para minimizar impactos humanos sobre ambientes marinhos e oceânicos, a iniciativa isolada não limita a pressão antrópica. Nesse sentido, evidenciamos que são as estratégias dos atores localizados em distintas escalas espaciais de atuação política que sustentam, de fato, a geração de acordos e parcerias passíveis de gerar melhorias para conservação marinha.

Palavras-chave: Redes; Pesca; Conflito ambiental; Unidades de conservação.

[**] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – CFH/UFSC (andrezamartins@hotmail.com).

[****] Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG/UFSC (leiladias@hotmail.com).

[******] Professor do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas – PGA/UFSC (ademir.cazella@ufsc.br).

Between fish and humans: the conflict between fishing and environmental conservation on the southern coast of Brazil

Abstract

The establishment of protected marine spaces continues to be adopted on a global scale as the main political territorial tool for protecting marine environments in the current scenario of climate change, overfishing and the generalized depletion of marine fishing resources associated to the exponential increase in global per capita demand for fish and derivatives. Based on an analysis of the network of actors associated to fishing in a protected marine environment in Southern Brazil, we demonstrate that although the creation of protected spaces is essential for minimizing human impacts on marine and ocean environments, the isolated initiative is not limited to anthropomorphic pressure. In this sense, we indicate that it is the strategies of actors located on distinct spatial scales of political actions that sustain the establishment of agreements and partnerships that are capable of generating improvements for marine conservation.

Key words: Networks; Fishing; Environmental conflict; protected areas.

Em anos recentes, os desafios impostos pela problemática das mudanças climáticas têm colocado os oceanos no centro dos debates políticos e acadêmicos. A partir da publicação da edição de 2010 do famoso relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2013), houve o incremento da percepção pública acerca da relação direta entre alterações oceânicas e climáticas. O relatório concluiu, dentre outras coisas, que o excesso de emissão de CO_2 acumulado na atmosfera entre os anos de 1971 e 2010 diminuiu a capacidade oceânica de regular a temperatura do planeta. Para além da questão climática, os oceanos

são essenciais para as populações humanas em inúmeros outros aspectos, a maioria deles menos conhecidos. Eles abarcam 96% do espaço de vida na Terra, fornecem habitats para cerca de 80% dos organismos, produzem 50% do oxigênio atmosférico, fixam 50% da produção primária global e transportam 80% do comércio mundial (TURLEY & GATTUSO, 2012). A pesca industrial representa outro importante foco de perturbação do equilíbrio dos mares. Segundo recente relatório da FAO (2012), em 2010, o setor pesqueiro mundial produziu uma quantidade recorde de 128 milhões de toneladas de pescado para alimentação humana, com uma média de 18,4 kg/habitantes/ano. Com essa cifra, os produtos de peixes e derivados passaram a figurar entre os alimentos mais comercializados no mundo, com o peixe assumindo o posto de principal produto do agronegócio mundial do setor de carnes. O mesmo relatório admite, entretanto, que cerca de 52% dos recursos pesqueiros marinhos do planeta estão totalmente explorados ou atingiram o máximo admissível e outros 28% encontram-se sobrepescados, esgotados ou em vias de recuperação.

O aumento do consumo mundial de pescado associado à globalização da economia pesqueira tem afetado dois outros aspectos não menos importantes, a saber: 1) a segurança alimentar e; 2) a preservação sociocultural das populações que dependem diretamente do ambiente marítimo para manutenção da sua qualidade de vida. O primeiro aspecto faz menção tanto às garantias de provisão de proteína animal para populações de baixa renda, quanto às incertezas relacionadas ao consumo de peixes contaminados por substâncias químicas prejudiciais à saúde humana. O segundo, aos impactos diretos do incremento da pesca industrial sobre o espaço de vida e meios de subsistência de populações dependentes dos recursos pesqueiros. Nas três últimas décadas, o número de pessoas que se dedicam diretamente à produção primária de pescado (via captura ou cultivo) progrediu mais rapidamente que o aumento da população e o emprego na agricultura tradicional, fornecendo os meios para subsistência de 12% da população mundial (FAO, 2012). Dentre os principais mecanismos políticos destinados a limitar os impactos da

pesca sobre os oceanos, destaca-se a criação de espaços marinhos protegidos. Atualmente, apenas 1% da superfície oceânica encontra-se legalmente resguardada. No Brasil, até o início de 2010, apenas 1,57% do território marinho estava oficialmente protegido. Contudo, durante a 10ª Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que aconteceu em 2010 em Nagoia no Japão, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período 2011-2020. Esse documento contempla vinte metas para a conservação da biodiversidade no planeta – as Metas de Aichi para a Biodiversidade – e prevê que até 2020 o planeta tenha 10% do total de sua superfície aquática recoberta por áreas marinhas protegidas (UICN; WWF-Brasil; IPÊ, 2011).

No plano teórico, o campo de pesquisas técnico-científicas relativas à pesca e gestão dos recursos pesqueiros no Brasil tem sido considerado fragmentado e incipiente. Tal debilidade reflete negativamente na formulação de políticas públicas e de planos de gestão voltados para o segmento pesqueiro (DIEGUES, 1983; VASCONCELLOS *et al.*, 2004; FILARDI, 2007). Para Diegues (1983), as políticas relacionadas à gestão pesqueira no país têm favorecido o crescimento do segmento industrial, criando um padrão perverso de esgotamento dos recursos e dos trabalhadores ligados à pesca.

A incipiência de análises teóricas acerca da realidade empírica das populações humanas em espaços protegidos e sobre os impactos sociais e ambientais da política de criação de Unidades de Conservação (UCs) marinhas motivou a elaboração deste artigo[1]. Nele analisamos as interações entre Estado, segmento pesqueiro e

[1] Este artigo deriva, em parte, da dissertação de mestrado defendida pela primeira autora, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC, e orientada pela segunda autora e de Projeto de Pesquisa & Desenvolvimento conduzido pelo terceiro autor na região de estudo sobre o tema do financiamento da pesca artesanal. Os autores manifestam especial agradecimento à professora Julia Silvia Guivant da UFSC pela leitura cuidadosa e atenta e observações criteriosamente tecidas.

natureza, dentro de uma UC marinho/costeira, discutindo os mecanismos e processos sociais que dinamizam essas relações e influenciam a organização de espaços geográficos calcados na conservação marinha. O primeiro objetivo consiste em demonstrar que, embora a política de criação de espaços marinhos protegidos seja uma estratégia fundamental para a minimização dos impactos da pesca industrial sobre os oceanos, a iniciativa não garante por si só a limitação da pressão antrópica sobre os recursos pesqueiros. As estratégias dos atores localizados em distintas escalas espaciais de atuação política são o que, de fato, sustentam acordos e parcerias passíveis de gerar melhorias para conservação marinha. O segundo objetivo busca compreender quais são e como se estabelecem os diferentes tipos de interações sociais necessários para promover, concomitantemente, a conservação marinha aliada à melhoria das condições de vida das populações locais residentes em espaços protegidos. Para tanto, analisamos uma situação contenciosa – "conflito da pesca" – relacionada à criação de uma UC no litoral centro-sul do estado de Santa Catarina, sul do Brasil, denominada Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF). O conflito envolve a gestão dos recursos naturais e do uso do espaço pelos atores sociais, individuais e coletivos, organizados em múltiplas escalas de atuação, desde as esferas governamentais nacionais e supranacionais até as locais. A metodologia integra três procedimentos qualitativos realizados entre 2005 e 2012 (análise documental, entrevistas e observação participante), que se interconectaram e complementaram nas diversas fases da pesquisa.

O artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico-metodológico da pesquisa. A segunda contextualiza a APABF dentro do sistema brasileiro de criação de espaços marinhos protegidos. A terceira discute o conflito entre conservação ambiental e desenvolvimento pesqueiro na APABF articulando-o com o tema da gestão territorial da pesca. No tópico conclusivo, além de sintetizar os principais resultados, coloca-se em evidência

a correlação entre a mediação das relações conflituosas pelos atores estatais e o sucesso dos projetos políticos localizados.

Território, atores, conflitos e interfaces: o campo ambiental em perspectiva

Diferentes enfoques teóricos têm sido utilizados para apreender a complexidade de processos, atores, espaços e escalas de atuação da problemática ambiental. No geral, eles têm origem em matrizes epistêmicas diversas e podem variar desde abordagens que entendem a natureza e a sociedade como dois sistemas opostos e inconciliáveis, até perspectivas que concebem essa relação como parte de um grande sistema vivo. A maioria das abordagens, entretanto, parte do pressuposto de que ambiente e sociedade são elementos distintos. As diferenças de perspectiva residem nos tipos de relações que estabelecem entre si. Neste trabalho entende-se que os modelos teóricos melhor adaptados para analisar a problemática que interconecta o tema da conservação dos ambientes marinhos com a gestão da atividade pesqueira são aqueles que pressupõem a indissociabilidade analítica entre a dimensão ambiental e social da realidade e, por esse motivo, conferem importância equivalente a ambos.

Um olhar incomum sobre as relações entre natureza e cultura é oferecido pela Teoria do Ator-Rede (TAR), que vem se consolidando, dentro das ciências humanas, como um dos modelos teóricos que melhor se adapta à proposta de congruir abordagens realistas e construtivistas da problemática ambiental (HANNINGAN, 2009). Essa abordagem inova, dentre outros aspectos, por uma particularidade teórica: o pressuposto de que não é possível separar o social do natural, nem o sociológico do científico, haja vista que tanto o ambiente quanto a sociedade são conceitos forjados pelo homem, ele mesmo um híbrido de natureza e cultura. Assim, tanto ciências naturais quanto sociais estão implicadas em problemas equivalentes, correlatos e interdependentes e, portanto, sem diferença de objeto. Nessa abordagem não há diferenças essenciais que justifiquem a

dicotomização do conhecimento em natural e social e a separação entre natureza e cultura. O social é tido com um fenômeno instável e efêmero formado a partir de relações entre atores que não são sociais em si. Homens, demais animais, plantas, fungos e objetos inanimados formam a quase totalidade dos entes presentes no planeta e são as relações estabelecidas entre eles que descrevem o social, que dão forma e conteúdo à realidade vivida cotidianamente. Sendo assim, os esforços de análise centram-se nas *redes de relações* formadas por e a partir dos atores sociais, tomadas como estruturas chave na organização e dinamização dos espaços vividos (LATOUR, 2008a; LATOUR, 2008b).

A inclusão de formas não-humanas e abstratas no rol de possibilidades de atores do mundo social traduz uma visão *simétrica* desse mundo. Isto é, uma abordagem que busca romper com as tradicionais dicotomias teóricas, tais como natureza/cultura, sujeito/objeto, objetivo/subjetivo etc. Para Latour (2008a), um dos principais formuladores da TAR, o social não está pronto, é simplesmente uma associação momentânea de atores que, interconectados, conseguem transformar algo no mundo vivido. A exemplo do social, nós também somos *híbridos*[2], um pouco humanos um pouco primatas, por vezes sujeito por vezes objeto, um pouco cientistas um pouco políticos, precariamente instalados no interior das instituições científicas, meio filósofos, meio engenheiros.

Outro elemento da TAR que merece ser sublinhado é a noção de rede. A despeito da polissemia em torno do conceito e para fins deste artigo, nos atemos apenas aos equívocos conceituais suscitados no âmbito do debate que envolve o termo ator-rede. Assim é preciso esclarecer que a noção de rede proposta por essa teoria não guarda relação com a ideia de rede cunhada por Castells (1999) para

[2] O conceito de híbrido de Latour refere-se a uma forma de interpretar ou traduzir o mundo por meio da noção de redes, que "se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem, contudo, reduzir-se nem a uma coisa nem a outra" (LATOUR, 2008b, p.11).

descrever uma nova forma privilegiada de organização da sociedade, mais interconectada e fluida, tendo a internet e a microeletrônica como principais instrumentos responsáveis por orientar as estratégias de relacionamento coletivo. A rede é nesta pesquisa, sobretudo, uma ferramenta metodológica de análise empregada para interpretar o modo como os eventos investigados se organizam e inter-relacionam. Ela não é o elo entre os atores e entre eles e os objetos, é uma ferramenta de estudo usada para descrever o modo como a realidade se apresenta mediante a capacidade de cada ator fazer com que outros atores façam coisas inesperadas. Ela constitui uma forma relacional e tridimensional de olhar para a realidade que se quer investigar (LATOUR, 2008a; LATOUR, 2008b).

As noções de rede e ator social também são realçadas nas abordagens conhecidas como *Perspectiva Orientada ao Ator* (POA) e *enfoque das interfaces*. Para fins deste estudo, nosso foco recai sobre essa última que, entretanto, não pode e não deve ser desconectada da perspectiva orientada ao ator, haja vista sua importante contribuição ao campo de estudos das redes. A POA é uma perspectiva antropológica originada a partir da Escola de Manchester, em meados do século XX. Ela surge como um contraponto aos métodos clássicos da antropologia britânica, centrados no estudo de pequenas comunidades africanas a partir das relações de parentesco, e introduz um método etnográfico renovado para a análise dos problemas daquele período. De acordo com Long (2007), embora a POA tenha incorporado algumas das preocupações marxistas, ajustando o foco de análise para um enfoque menos individualizado e mais preocupado em capturar as tensões sociais e demais interações entre o indivíduo e o ambiente, ela mantém um olhar avesso à determinações externas, típicas da abordagem marxista. O autor explica que, em especial no campo de estudos da sociologia do desenvolvimento, a POA surge como uma alternativa às perspectivas estruturalistas baseadas no conceito de

determinação externa[3]. Nesse caminho, a POA emerge com um interesse explícito nos atores sociais e na sua capacidade de oferecer respostas diferenciadas às situações permeadas por circunstâncias estruturais similares e em condições aparentemente homogêneas. Para os estudiosos dessa abordagem, os modelos sociais diversos que resultam dessas situações são, em parte, criação coletiva dos atores mesmos. Esses modelos são originados a partir das negociações, interações e estratégias individuais e coletivas que tem lugar não somente nos atores que atuam diretamente nesses contextos, mas também nos atores sociais "ausentes", isto é, aqueles que influenciam essas realidades sem, contudo, estarem materialmente presentes.

Com o propósito de contornar alguns dos problemas ligados à perspectiva centrada no ator, em especial, aqueles relacionados ao excesso de centralidade imputado às pesquisas das micro relações em pequena escala, o *enfoque das interfaces,* tributário da POA, pretende complementar essa perspectiva "calibrando" as lentes de análise para centrarem-se no cruzamento entre diferentes mundos de vida, paradigmas culturais e projetos políticos[4]. O primeiro fundamento desse enfoque está ligado ao tema da interação e da heterogeneidade. As análises influenciadas pela abordagem das interfaces não estão focadas nos indivíduos ou nas estratégias de grupo, mas sim nas ligações e redes de relações que se desenvolvem entre atores com

[3] O conceito de determinação externa constitui o fundamento de dois modelos estruturalistas que, até recentemente, vinham ocupando o centro da sociologia do desenvolvimento: a teoria da modernização e a economia política. Ambos os modelos partem da premissa de que o desenvolvimento e a troca social são o resultado de determinações originadas em centros de poder externos mediante as intervenções dos corpos estatais ou internacionais (LONG, 2007).

[4] Por projeto político, adotamos a noção de Dagnino *et al.* (2006, p. 38), que consideram projetos políticos como os "conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos".

diferentes modos de vida, projetos políticos etc. As interações continuadas entre esses atores tendem a dinamizar os sistemas sociais localmente e acabam por desenvolver fronteiras simbólicas e expectativas compartilhadas que diferem os participantes da interface daqueles de fora dela. Quanto mais a interface se consolida maior é seu potencial de irradiação para outras escalas mais amplas de atuação, assim como de provocar a mudança social. Outra particularidade essencial refere-se à centralidade que o enfoque confere aos conflitos. Nele, as interfaces são entendidas como lócus de divergências, conflitos e negociação. Ainda que pressuponham, em alguma medida, certo grau de interesse comum, as situações de interface são compostas de interações entre atores com objetivos e interesses contraditórios organizados sob relações desiguais de poder e de acesso a recursos. Via de regra descrevem situações de negociação, onde os atores implicados devem corresponder tanto às expectativas daqueles que representam, quando às expectativas daqueles com quem negociam. Portanto, tendem a abrigar atores que, frequentemente, ocupam posições intermediárias entre domínios sociais ou níveis hierárquicos distintos. Tais atores, dependendo de sua capacidade organizativa, grau de liderança, carisma e interesse pessoal ou coletivo podem, por vezes, atuar como "elos de ligação" ou mediadores entre um ou mais sistemas sociais implicados na interface (LONG, 2007).

A noção de conflito aliada ao enfoque das interfaces tem sido mobilizada, na POA, como uma ferramenta de análise para evidenciar a heterogeneidade de interesses, valores e modos de vida que regem os processos sociais. Parte-se do pressuposto de que, embora os conflitos sejam uma importante chave de análise para elucidar a diversidade e as formas de interação presentes em determinado contexto de referência investigativa, eles não dão conta de abarcar, sozinhos, a totalidade dos processos e estruturas sociais envolvidos na vida cotidiana. Por exemplo, enquanto ferramenta analítica, eles não são úteis para compreender como se organizam e perpetuam as relações de cooperação e aliança entre atores e agências diversos, implicados ou não nos conflitos, e como

estas interações se intercalam e se articulam com os eventos sociais críticos para produzir novos patamares de interação e organização. Além disso, a análise de conflitos não permite compreender porque determinados acordos e resoluções obtidos a partir de negociações em situações de conflito não são levados a cabo entre as partes, ou ainda não surtem os efeitos sociais desejados. Em outras palavras, ao tomar o conflito como ferramenta metodológica exclusiva de análise, o pesquisador tende a desconsiderar, ou conferir pouco rigor analítico, aos demais universos paralelos e interconectados que integram a totalidade do mundo vivido (LONG, 2007).

É importante sublinhar, contudo, que o debate teórico em torno da categoria analítica "conflito" tem polarizado pesquisadores de distintas disciplinas do conhecimento em dois grandes modelos conceituais, que concebem de maneira oposta os efeitos dos conflitos sobre as sociedades contemporâneas. De um lado, encontram-se aqueles que acreditam que os conflitos são inerentes a qualquer sistema social e que funcionam, na verdade, como propulsores de mudanças. Para esses autores não existe possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito, sendo o consenso, apenas uma contingência. O outro grupo é composto por autores que acreditam que os conflitos são distúrbios nos sistemas equilibrados e que, portanto, exigem esforços para o desenvolvimento de estratégias no sentido de neutralizá-los ou mitigá-los. As análises e consequentes intervenções nesse modelo levam em consideração o grau de desvio a partir de um estado original da sociedade considerado ótimo (FERREIRA, 2005).

Dentro do primeiro grupo, algumas pesquisas, em especial no campo da sociologia ambiental, geografia e ecologia política, trabalham com a subcategoria analítica *conflitos ambientais* como chave de análise para evidenciar a mudança social. O enfoque dos conflitos tem oferecido um olhar alternativo ao estudo das relações entre natureza e cultura em espaços protegidos, questionando a supremacia e a autoridade da categoria "populações tradicionais" para discutir o papel das populações humanas na proteção dos recursos biológicos. Como resultado, refuta a ideia de que as populações

tradicionais sejam aliadas "naturais" da diversidade biológica e que sempre direcionam suas práticas para ações em sincronia com a natureza, sugerindo a ampliação do foco de análise para a inclusão de todas as populações influenciadas, direta e indiretamente, pela criação de espaços naturais protegidos. A noção de conflito tem sido então apresentada como alternativa para evidenciar a heterogeneidade de interesses, valores e mundos de vida que regem os processos sociais nesses espaços (MARTINS, 2010; 2012).

Outro conjunto de estudos, provenientes da Geografia, tem associado à teoria dos conflitos a noção de *território*. A despeito da polissemia em torno desse conceito, mobilizado por outras disciplinas do conhecimento, a exemplo da antropologia, economia e ciências políticas, o enfoque territorial assumido nesta pesquisa centra-se na natureza política dos espaços geográficos, destacando as relações desiguais de poder e sua influência na organização espacial de determinados atores e instituições. Conforme destaca Souza (1995), as frequentes superposições e confusões conceituais entre as noções de poder, dominação, violência e autoritarismo são responsáveis por tradicionais equívocos analíticos, que têm escamoteado as diferenças estruturais entre os conceitos de "poder", "política" e "território", mais abrangentes que as noções de poder do Estado e território nacional.

A perspectiva de Souza (1995, p.95), que define o território como sendo "o campo das relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial", amplia e flexibiliza a compreensão do território em dois aspectos, a saber: periodicidade (no tempo) e escala (no espaço). No que tange a periodicidade, os territórios podem ter tanto um caráter permanente (territórios nacionais, indígenas ou de unidades de conservação), passando por uma existência periódica e/ou cíclica (territórios de prostituição, de venda de droga, de gangues), quanto um caráter efêmero (territórios de guerras não permanentes). O território também assume proporções diversas desde a escala micro local como a casa (território familiar) e a rua, até escalas mais

globalizadas (União Europeia, Mercosul etc). Para além das variações que o território pode assumir no tempo e no espaço, Haesbaert (2009) acrescenta as dimensões materiais e simbólicas (subjetivas), destacando o caráter multidimensional do conceito. Na compreensão desse autor, além de articular múltiplas possibilidades de existência no tempo e no espaço, os territórios podem estar relacionados ao domínio econômico (territórios de empresas) ou à natureza simbólica de aspectos culturais e sociais (territórios da cultura açoriana, territórios indígenas, caiçaras etc.).

Compreender a distinção entre a noção de território adotada por autores como Souza e Haesbaert e aquelas que tomam o conceito como análogo às noções de "poder estatal" e "soberania nacional" é determinante para desvelar a heterogeneidade de interesses e projetos de vida presentes dentro das sociedades e de seus múltiplos territórios. O território é concebido, assim, a partir do encontro e desencontro de múltiplas relações de poder, desde o poder material das relações econômicas e políticas até o poder simbólico das relações de caráter cultural ou social. O território, portanto, é também relacional. E é nesse ponto que a noção de território se articula ao enfoque das interfaces e à análise de conflitos para, conduzidos pela abordagem relativista e simétrica da teoria do ator-rede, organizar o campo de atuação teórico/ metodológica desta investigação. O território nasce, assim, como a materialização da pluralidade social que, mediante disputas e embates contínuos, se apropria de uma malha espacial concreta.

Nesse sentido, as UCs podem ser entendidas com territórios ambientais apropriados pelo poder estatal com o objetivo de controlar o uso dos recursos naturais ali distribuídos e de disciplinar o manejo do espaço por meio do controle das atividades humanas que são exercidas sobre ele. Da mesma forma, as UCs são também espaços de apropriação material e simbólica. A apropriação material ocorre quando as populações direta ou indiretamente afetadas pela presença da UC se beneficiam dela a partir de ganhos materiais, a exemplo de incremento no turismo, incentivos fiscais etc. A apropriação simbólica ocorre através da

identificação sociocultural e política com o lugar e pode se manifestar de inúmeras formas, desde as auto-identificações de populações tradicionais em UCs que não foram criadas com o propósito de proteger recursos para a manutenção dessas populações[5], até empresários e administrações municipais que se beneficiam da imagem "politicamente correta" da existência de uma UC e passam a associar sua identidade a ela.

Contudo, para entender esses espaços como territórios ambientais é condição *sine qua non* partir de uma perspectiva relacional. Só assim será possível apreender as unidades de conservação em sua totalidade, ou seja, para além de um olhar parcial que avalia ou somente os aspectos relacionados à variável ambiental, ou somente aspectos relacionados à variáveis culturais e socioeconômicas. Na perspectiva relacional, os territórios de UCs ganham sentido a partir das múltiplas relações de poder e interações produzidas entre os diversos atores (humanos e não-humanos) que se manifestam no terreno, entre eles o espaço e os recursos, variando no tempo e nas suas diversas escalas de interação e influência, assim como de acordo com os aspectos simbólicos, psicológicos e culturais que os alimentam.

[5] Algumas pesquisas sobre mudanças sociais e conflitos em unidades de conservação, produzidas pelo Núcleo de Estudos Ambientais da UNICAMP constataram que a instituição de uma UC pode ser o único instrumento político capaz de garantir a permanência ou a manutenção da atividade de determinados grupos sociais nessas áreas. As pesquisas sugerem que a associação de um grupo à identidade "tradicional" pode ser uma ação estratégica para reivindicação de direitos políticos, ligados a sua permanência dentro dessas áreas, que de outra forma, seriam negados (FERREIRA, 2004). Nesses casos, a apropriação simbólica do espaço se dá mediante a identificação relacionada à identidade tradicional, mas com o objetivo de barganha política para manutenção dos direitos básicos de moradia e uso do espaço para fins de sobrevivência.

A política ambiental brasileira e a gestão territorial de espaços naturais: limites e desafios

As ações do campo ambiental no Brasil começaram a ganhar destaque entre o final dos anos de 1960 e início de 1970, como resultado de uma combinação de elementos conjunturais externos e internos ao país. Até o final dos anos de 1980, a tônica do movimento ambientalista brasileiro e das políticas públicas relacionadas à gestão ambiental, em geral, pautava-se por uma visão centrada na superioridade da natureza sobre a espécie humana. A criação de espaços naturais protegidos, ou Unidades de Conservação, já era uma das principais estratégias da política ambiental brasileira baseada no modelo biogeográfico de "ilhas de diversidade". Dito de outra forma, as UCs desse período eram criadas sob um regime de Unidade de Proteção Integral (UPI), onde não se admite a permanência humana de nenhuma natureza. Até o final dos anos 1980, foram criadas setenta e quatro UCs com essas características (ORLANDO, 2009).

Com a difusão da noção de desenvolvimento sustentável, a partir da RIO 92, o debate sobre populações humanas e UCs ganha relevo e processa-se uma mudança de foco nas políticas de criação de espaços protegidos. A admissão de alguns tipos de interações entre esses espaços e a sociedade começa a ser difundida. O Brasil, seguindo a tendência global, adota o modelo de UCs de Uso Sustentável (UUSs) como principal estratégia política para gestão da biodiversidade. O modelo de UUSs tem por objetivo "compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais" (BRASIL, 2000). Segundo Orlando (2009), entre o início dos anos 1990 e o ano de 2008 foram criadas 117 UUSs contra apenas quatorze UPIs. Isso evidencia claramente uma mudança de foco sobre as políticas de gestão ambiental, que agora passam a buscar estratégias conciliatórias entre interesses sociais, econômicos e ambientais.

Em recente avaliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Ministério do Meio Ambiente afirma que a criação de espaços naturais protegidos continua sendo uma das

principais estratégias da política ambiental brasileira. Segundo o MMA (2010), essa orientação tem por base o fato de que a delimitação de áreas naturais protegidas é a mais antiga e efetiva iniciativa para a conservação da natureza em todo o mundo.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A implantação do SNUC sinaliza a consolidação da política nacional de gestão territorial de espaços naturais. Esse Sistema organiza e integra o aparato normativo que regia as unidades de conservação, até então, pulverizado em distintos dispositivos jurídicos distribuídos em diferentes esferas governamentais, e define critérios e diretrizes para criação de novas áreas. Ademais, estabelece regras para o manejo das UCs nas diferentes escalas político-administrativas, desde os municípios até a federação, e as organiza em dois grandes grupos: UCs de Proteção Integral, onde a interferência humana direta é proibida, e UCs de Uso Sustentável, que admite a presença de populações humanas em seu interior. Esses dois grupos se subdividem em doze categorias de manejo (tipos diferentes de UCs), variando de acordo com o grau de proteção ambiental a que se prestam. O grupo das UCs de Uso Sustentável, do qual faz parte a UC analisada neste artigo, abrange sete das doze categorias, sendo que cada uma dessas categorias reflete um conjunto de características sociais, econômicas e ambientais particulares com regimes de proteção territorial distintos. No caso das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), categoria aqui analisada, o objetivo considerado pelo Estado para sua criação consiste em ordenar o uso do território com vistas a conservar recursos naturais específicos (BRASIL, 2002).

Apesar dos ganhos relativos à proteção da natureza *per se* e ao fortalecimento do poder de gestão e fiscalização do Estado, o SNUC trouxe consigo o agravamento de disputas territoriais e por recursos nessas áreas. Em espaços historicamente utilizados pelo homem sem maiores preocupações com os aspectos ambientais passam a vigorar um conjunto de regras e mecanismos de controle do uso desses espaços mais restritivos e, em muitos casos, a exemplo das UPIs, bastante coercitivos, pois as populações residentes têm de ser realocadas para fora dessas áreas. Ou seja, na medida em que a política de criação de

UCs se estrutura, fortalece e expande, aprofundam-se as tensões entre Estado e sociedade civil em torno da disputa por espaço e recursos. Nesse sentido, o Estado, na figura do órgão ambiental responsável pela gestão da UC, interfere na dinâmica social local como um novo ator social que, dependendo dos interesses, valores e projetos de cada ator, pode representar um inimigo ou aliado. É dessa maneira que o estabelecimento de uma UC modifica também o jogo de forças e, consequentemente, as relações de poder nas diversas escalas de atuação dos atores ligados direta ou indiretamente a essas áreas.

Dentre as doze categorias de manejo previstas no SNUC, as APAs são as mais permeáveis às ações humanas e, do ponto de vista legal, as que apresentam menor grau de proteção ambiental e, portanto, de controle espacial. Nesse caso admite-se a presença de terras públicas e privadas no interior da UC, sem a necessidade de desapropriação. Com efeito, as APAs comportam desde certos níveis de aglomeração urbana e comercial até empreendimentos industriais de baixo impacto socioambiental, com a ressalva de que tais estruturas estejam de acordo com os objetivos de criação da UC. Mesmo que sejam admitidas diversas práticas econômicas e recreativas, ainda assim, o grau de restrição do uso do espaço imposto por essa categoria é suficientemente capaz de alterar a dinâmica econômica e socioambiental local, quando comparada a áreas não contempladas no SNUC. Por admitirem em seu interior um amplo espectro de atividades humanas, essas áreas, em geral, são lócus de grande variedade de tensões e conflitos.

O conflito entre desenvolvimento pesqueiro e conservação ambiental na APA da Baleia Franca

Com aproximadamente 156.000 ha, a APABF abrange áreas terrestres e aquáticas de nove municípios costeiros da porção centro-sul do estado de Santa Catarina localizado no sul do Brasil (Figura 1). A região, conhecida por suas belíssimas praias e sistemas lacustres, apresenta intensa atividade turística. Suas baías e enseadas constituem a mais importante área de concentração reprodutiva de baleias-francas do país (PALAZZO *et al.,* 2007). No que tange à dinâmica

socioeconômica, além de sofrer expressiva pressão imobiliária e turística, devido ao potencial paisagístico de suas praias, integra uma das zonas com maior produtividade pesqueira do país. A região é historicamente povoada por pequenas comunidades de pescadores artesanais e ainda hoje preserva uma quantidade expressiva de famílias que sobrevivem da extração pesqueira artesanal. A análise dos Dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira demonstra, por um lado, a existência de um contingente de trabalhadores informais ligados à pesca artesanal 23 vezes (95%) maior que aqueles associados à indústria pesqueira e, por outro, uma expressiva atividade de pesca industrial na região ilustrada pela liderança nacional da indústria pesqueira catarinense na produção de pescado processado (MPA, 2011). Como resultado tem-se uma situação local de intensa competição por recursos pesqueiros e áreas de pesca específicas e localizadas.

A natureza do conflito entre pesca artesanal e industrial: organização social e gestão pública

Antes de caracterizarmos os atores associados ao campo da pesca na APABF, bem como os conflitos e tensões específicos associados à problemática, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a situação material da pesca artesanal e industrial[6] que, na região, assume importância ímpar por três razões principais. Primeiro pela natureza locacional e geográfica da UC enquanto uma área de proteção constituída fundamentalmente por sociedades litorâneas cujo modo de organização econômica e cultural é constantemente permeado pelas relações com o mar e com a pesca. Segundo pela centralidade da atividade pesqueira de base tradicional enquanto elemento de sustentação identitária, cultural e econômica de parcela expressiva das populações locais. Terceiro, conforme menção anterior, pela

[6] A pesca industrial caracteriza-se em função do tipo de embarcação (médio e grande porte) e da relação de trabalho dos pescadores que, ao contrário do segmento artesanal, possuem vínculo empregatício com o armador de pesca (responsável pela embarcação) (SEAP, s/d).

importância do segmento pesqueiro industrial de Santa Catarina, líder nacional na produção de pescados de origem extrativa[7].

[7] Existem dois tipos de atividade pesqueira: a extrativa e a não extrativa. Na pesca extrativa os recursos são extraídos diretamente dos estoques naturais (marinhos ou de água doce). Na atividade não extrativa a produção é obtida por meio de cultivos, em cativeiro, de organismos de habitat predominantemente aquático, a exemplo de camarões, peixes, rãs, ostras, mariscos, dentre outros.

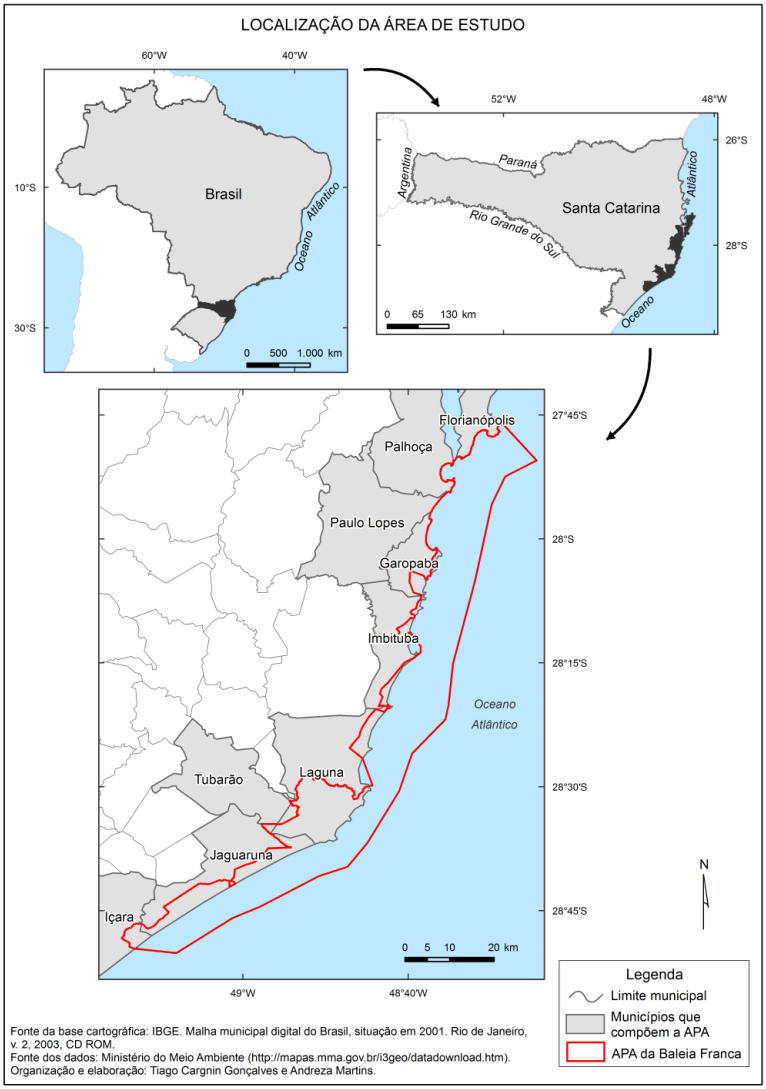
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
60°W
40°W
10°S
30°S
Brasil
Oceano Atlântico
0 500 1.000 km
52°W
48°W
26°S
28°S
Argentina
Paraná
Santa Catarina
Rio Grande do Sul
Atlântico
Oceano
0 65 130 km
Florianópolis
Palhoça
Paulo Lopes
Garopaba
Imbituba
Laguna
Tubarão
Jaguaruna
Içara
Oceano Atlântico
27°45'S
28°S
28°15'S
28°30'S
28°45'S
0 5 10 20 km
49°W
48°40'W
N
Legenda
Limite municipal
Municípios que compõem a APA
APA da Baleia Franca
Fonte da base cartográfica: IBGE. Malha municipal digital do Brasil, situação em 2001. Rio de Janeiro, v. 2, 2003, CD ROM.
Fonte dos dados: Ministério do Meio Ambiente (http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm).
Organização e elaboração: Tiago Cargnin Gonçalves e Andreza Martins.

Figura 1: Localização da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca

Um primeiro ponto a ser sublinhado está relacionado à importância da pesca artesanal para a composição da identidade das sociedades litorâneas da APABF. Sabe-se que a atividade pesqueira foi um componente central na escolha dos espaços e distribuição das famílias de colonizadores açorianos que migraram para o Brasil setentrional em meados do século XVIII. As pequenas populações costeiras mantiveram-se essencialmente como pescadoras e agricultoras até os anos de 1960, quando começaram a interagir com turistas e novos moradores oriundos de outras partes do estado e do país. Ainda hoje, os valores, hábitos e costumes ligados à cultura açoriana e pesqueira estão fortemente presentes na formação territorial litorânea do estado de Santa Catarina. O modo de vida essencialmente orientado pelo mar, tendo a pesca e a agricultura como atividades que norteavam a temporalidade da vida social e familiar, somados aos valores e hábitos culturais e religiosos herdados de Portugal, forjaram as bases para a formação identitária dessas primeiras sociedades litorâneas e demarcaram definitivamente sua "alteridade" — no sentido discutido por Souza (1995) — frente às demais culturas que, mais tarde, vieram a se estabelecer no território. Para esse autor, o território percebido enquanto um campo de forças e uma teia ou rede de relações sociais é definido pelos limites de uma alteridade. Nesta pesquisa, o conceito de territorialidade é compreendido no sentido atribuído por Sack (2011, p.76) como "(...) a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica*",* o território. Assim, nos locais de concentração das populações pesqueiras presentes na APABF podemos identificar claramente uma territorialidade associada à pesca, na perspectiva atribuída por Sack. Ou seja, trata-se de uma espacialidade ligada à atividade pesqueira que se manifesta a partir das tentativas, exitosas ou não, dos indivíduos e grupos no sentido de influenciar outras pessoas, relações e fenômenos para garantir o controle sobre certa área geográfica. É

justamente essa territorialidade que difere o grupo social ligado ao modo de vida pesqueiro daqueles que estão fora do grupo, a exemplo de turistas ocasionais e/ou moradores locais que não têm influência da cultura da pesca na sua formação cultural e afetiva.

Embora as raízes históricas e culturais associadas ao mar e à pesca industrial sejam as mesmas daquelas que lastreiam a pesca artesanal, nota-se uma nítida diferenciação no modo como os indivíduos se envolvem com a atividade. Pode-se identificar dois fatores de diferenciação. O primeiro, de cunho territorial, refere-se ao modo como os atores ligados ao segmento industrial se relacionam com o espaço geográfico da pesca. Para esses atores, as áreas de pesca estão dissociadas da convivência social e familiar. Não há uma correspondência entre trabalho e afetividade. Os barcos de pesca nada mais são do que o local de trabalho ou, no caso dos armadores e demais empresários do setor, o meio de produção. Com a perda dos laços simbólicos e afetivos que unem o pescador industrial ao espaço da pesca o que fica é a identidade de pescador, ou seja, o aspecto estrutural da atividade. O segundo fator de diferenciação está associado ao modo como os atores lidam com a disponibilidade de recursos. Para um pescador artesanal, os recursos pesqueiros têm seus ciclos biológicos que precisam ser respeitados para que, nos anos seguintes, as condições de pesca se perpetuem. Essa prerrogativa é mantida pela maioria deles. Mesmo que, via de regra, os pescadores artesanais sejam impulsionados pela lógica de mercado (quanto maior a demanda maior será o esforço de pesca), o modo como executam a atividade, incluindo os tipos de petrechos, embarcações e diferentes modalidades, não gera significativos impactos sobre o volume dos estoques pescados.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao potencial comercial do segmento pesqueiro no estado de Santa Catarina. O estado é considerado o maior polo brasileiro de pesca, sendo o segmento industrial responsável pela produção de 20% do pescado nacional e cerca de 80% da produção de pescado processado consumido internamente, grande parte dele extraído do litoral da

APABF (SEPESCA, 2010). A intensa atividade industrial vem impactando significativamente a variabilidade e abundância dos estoques de fauna marinha, assim como o desenvolvimento da pesca artesanal local.

A disputa entre pesca artesanal e industrial na APABF

A análise do campo de disputas mais geral entre pesca artesanal e industrial na APABF revelou um campo social multifacetado e extremamente heterogêneo composto por seis atores chave humanos e dois atores não-humanos (nossos atores-rede), a saber: 1) atores humanos – segmento pesqueiro de base artesanal, outro de base industrial, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio), equipe administrativa APABF e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Com maior ou menor grau de influência, esses atores ora disputam, ora cooperam entre si de acordo com a situação e os interesses em jogo; 2) atores não-humanos – baleias e peixes. Se destacam pela inegável influência na organização territorial da APABF, bem como na configuração e desdobramento do conflito aqui analisado.

Embora a pressão da pesca industrial sobre a área marinha da UC como um todo seja intensa e constante, o conflito com a pesca artesanal se materializa em algumas zonas e sobre alguns tipos de recursos organizando-se, basicamente, em torno de três modalidades de pesca: i) pesca de arrasto; ii) captura de isca viva para a pesca do atum e; iii) pesca da tainha. Cada uma dessas modalidades reproduz uma *estrutura conflituosa* particular dentro do conflito maior entre pesca artesanal e industrial. Essas *estruturas de conflitos* são compostas por um conjunto particular de interações entre os atores dos segmentos pesqueiros artesanal e industrial, órgãos governamentais responsáveis pela gestão da pesca em escala local e nacional e demais atores representantes das populações implicadas (atores humanos) e entre esses e os atores não-humanos. No que tange as baleias, seu efeito mais evidente e imediato sobre o conflito da pesca materializa-se na forma de

regras de uso do espaço e recursos naturais que, em última análise, foram estabelecidas e têm sido alteradas em função da distribuição e presença sazonal de baleias na região. A mesma lógica se repete para os peixes (incluso todas as espécies sobre as quais existem disputas), organismos com influência essencial e ativa na organização das disputas entre pesca industrial e artesanal na região, assim como no posicionamento dos atores humanos implicados no conflito.

Com efeito, as tensões particulares entre pesca artesanal e industrial na APABF são reproduzidas e "aprofundadas" pela competição por recursos pesqueiros e áreas de pesca específicos e localizados. Quanto à natureza dessas disputas, o conflito está correlacionado a duas problemáticas distintas: o crescimento econômico da pesca industrial e a fragilidade do ordenamento espacial da atividade pesqueira. Esses são, respectivamente, a origem e a consequência do problema e referem-se, no primeiro caso, às incongruências estabelecidas entre o desenvolvimento pesqueiro de base industrial e a conservação das espécies pescadas, resultando em assimetrias no acesso aos recursos. Ou seja, quanto menos peixe, pior para o setor artesanal, menos capitalizado e dotado de menor potencial de captura, e maiores as tensões entre os atores implicados nas disputas. O segundo caso, diz respeito ao ordenamento da pesca na APABF que, ainda hoje, encontra-se "em aberto" e é causa, mas também consequência dos conflitos. Se efetivamente implantado, o ordenamento da atividade pesqueira poderia minimizar as disputas localizadas com o segmento industrial, na medida em que seriam criadas regras e critérios claros e "fiscalizáveis" para regulamentar a atividade dentro da UC.

Em tese, dentro de uma UC de uso sustentável, o ordenamento e a gestão territorial são atividades menos complexas do que fora desses espaços, onde os interesses não são regulados pela premissa da conservação ambiental e da manutenção das populações tradicionais. Nas APAs, essa prerrogativa é ainda mais presente, haja vista que essa categoria de UC é criada com o objetivo conjunto de proteger a diversidade biológica, estética e

cultural, além de disciplinar o uso e ocupação de determinados espaços geográficos com relevante importância para a manutenção da qualidade de vida das populações humanas (BRASIL, 2002). Nessa perspectiva, o favorecimento das populações pesqueiras de base artesanal da APABF seria uma ação esperada e desejada, dada a variedade de incentivos normativos (plano de manejo, portarias, instruções normativas, etc.) disponíveis para a adoção de medidas nessa direção. Se efetivamente implantado, o ordenamento espacial das atividades pesqueiras na região poderia minimizar as disputas localizadas com a pesca industrial. Entretanto, como veremos, a realidade é mais complexa do que aparenta e os próprios pescadores artesanais são, em parte, responsáveis pela fragilidade da regulamentação espacial da pesca na UC.

O segmento pesqueiro

Conforme ressaltam diferentes autores que investigaram o universo da pesca artesanal na região, o segmento pesqueiro de base artesanal nessa área não é uno nem coeso (ADRIANO, 2011; FILARDI, 2007). Adriano (2011) descreve as interações entre os pescadores dos municípios de Garopaba e Imbituba como extremamente hierarquizadas e organizadas mediante relações de dominação dentre as quais os laços familiares, o poder econômico (dos proprietários de ranchos, barcos e demais utensílios de pesca), o conhecimento intergeracional (dos mais idosos, chamados de "mestres de pesca") e as associações político-partidárias interferem, em distintos níveis e intensidades, na organização coletiva dos pescadores segundo contextos específicos.

E, nesse sentido, quanto maior a aproximação das lentes de análise teórica e empírica, mais subdivisões, disputas e divergências serão encontradas. Simultaneamente observam-se, também, novas alianças e convergências intergrupais, muitas vezes, inesperadas. Um exemplo marcante são os pequenos acordos feitos entre alguns pescadores artesanais e barcos industriais de pesca, no qual o pescador artesanal avisa para o mestre da embarcação industrial quando os cardumes de sardinha e manjuba estão perto

da praia, para que a embarcação industrial possa capturá-los e utilizá-los na pesca do atum em alto mar. Em troca, recebem combustível para sua embarcação e, por vezes, uma quantidade de atuns pescados. Essa situação é no mínimo curiosa haja vista o peso histórico dos conflitos entre pesca industrial e artesanal em torno da modalidade industrial de captura com isca-viva, que se apropria de espécies pesqueiras da base da cadeia, isto é, que servem de alimento para outras espécies alvo das pescarias artesanais. Segundo Filardi (2007), casos contraditórios como esse, em que alguns pescadores vão de encontro às demandas coletivas da categoria, não são nem exceção, nem a regra. Eles acontecem com certa frequência e são elementos que caracterizam a estrutura organizativa do segmento pesqueiro de base artesanal na região.

Uma imagem metafórica interessante para definir o universo da pesca artesanal na APABF é aquela formada quando olhamos através de um caleidoscópio e nos deparamos com uma figura geométrica multifacetada e organizada por inúmeras subdivisões que, juntas, compõem um todo. Na medida em que giramos o caleidoscópio, ainda que a figura geométrica maior se mantenha, os pequenos fragmentos de cristais que subdividem essa figura se reagrupam para formar novas subfiguras. Movimento semelhante é observado para a organização coletiva do segmento pesqueiro artesanal. Nessa região, o segmento é composto por inúmeros subgrupos menores que se estruturam e desestruturam constantemente conforme a situação, interesses e projetos políticos presentes nas disputas cotidianas e localizadas. Para tratar dessa organização complexa, multifacetada e dinâmica, a teoria do ator-rede é bastante oportuna. Ela nos ajuda a compreender e aceitar que certas estruturas sociais não podem e não devem ser apreendidas mediante um enquadramento analítico prévio e estático, que aloca de antemão os sujeitos ou atores sociais dentro de estruturas organizativas teóricas preconcebidas. Assim, os exemplos mencionados acima, que sublinham a presença de acordos ocasionais entre pescadores artesanais e embarcações industriais de pesca de atum, nos mostram que embora haja disputas concretas

envolvendo os pescadores dos segmentos industrial e artesanal, não é possível considerar os subgrupos que compõem essa última categoria como homogêneos e coesos.

Os atores políticos

Este item pretende destacar as relações entre ambos os segmentos pesqueiros (industrial e artesanal) e os atores estatais implicados no conflito da pesca com o propósito de compreender como se estabelece e se perpetua a relação entre as agências estatais de gestão ambiental e pesqueira e o segmento pesqueiro na APABF e avaliar seus resultados para a conservação dos ambientes marinhos da região. A análise das interfaces estabelecidas entre esses atores permitiu identificar três pontos centrais, que somados à heterogeneidade do segmento pesqueiro de base artesanal e às assimetrias de poder entre esse segmento e o de base industrial, podem auxiliar na elucidação dos principais obstáculos ao ordenamento da pesca naquela região: i) o direcionamento dos esforços de gestão relativos à pesca e recursos pesqueiros para o segmento de base artesanal; ii) a fragilidade de interface entre a equipe gestora da APABF e o segmento industrial da pesca; iii) as incongruências e incertezas relacionadas as instituições estatais responsáveis pela administração ambiental nas diversas escalas da federação.

Com base na análise dos *ejidos* mexicanos[8], Nuijten (1998) sugere forte correspondência entre a falta de compreensão, por parte

[8] Os *ejido*s mexicanos são propriedades rurais de uso comum que detém expressiva importância no meio rural do país. O sistema consiste na apropriação, pelo Estado, de terras privadas e na sua disponibilização para uso público. De acordo com Nuijten (1998), a prática foi muito comum durante a reforma agrária mexicana e abolida com a reforma da legislação agrária da constituição nacional em 1992. A organização *ejidal* era prática corrente durante o Império Asteca.

dos servidores das agências estatais, da real condição estrutural dos segmentos sociais alvo de determinados programas governamentais e o insucesso de muitos desses programas. Para essa autora, grande parte das ações governamentais no campo do desenvolvimento de políticas públicas é sustentada por teorias que ignoram a lógica e o valor das formas existentes de organização local, considerando-as simplesmente como de natureza fragmentada e caótica e, portanto, passíveis de serem controladas e organizadas pelos atores estatais. No geral, o discurso desses servidores reproduz o ideário desenvolvimentista de que os segmentos menos favorecidos do ponto de vista socioeconômico são incapazes de negociar e disputar "em pé de igualdade" com os grupos mais capitalizados (capital econômico e cognitivo). Sob esse prisma, os programas estatais dedicados a promover o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações devem atender esses grupos no sentido de "capacitá-los" para a atuação nas situações de interface conflituosas. No geral, tais iniciativas são direcionadas para promover a inserção dessas populações nos mercados e com isso, no *modus operandi* do sistema socioeconômico vigente. Para Nuijten (1998), as teorias que sustentam esse tipo de iniciativa negligenciam o fato de que a diferenciação (entre grupos menos e mais capacitados) tende a criar ou reforçar diferenças de poder.

Em nossa investigação encontramos situação semelhante à descrita por essa autora. Entre 2005 e 2010, a quase totalidade das ações de gestão da equipe da APA no campo da pesca centrou-se em três frentes de ação interconectadas e sobrepostas voltadas exclusivamente para o segmento pesqueiro de base artesanal. A primeira, voltada para o fortalecimento político dos atores locais associados à pesca artesanal. A segunda, no apoio à criação de duas Reservas Extrativistas (RESEX) de pesca artesanal: a RESEX do Cabo de Santa Marta Grande e a RESEX de Ibiraquera, reivindicadas pelo segmento artesanal. A terceira, atuando como mediador em situações conflituosas específicas demandadas pelos pescadores artesanais.

Sobre a quase ausência de interface com o segmento industrial, com exceção de alguns contatos indiretos (via ofícios ou telefonemas), não houve tentativas por parte da equipe da APABF no sentido de debater com dirigentes da pesca industrial as situações conflituosas ligadas à pesca na região. Quando indagado sobre o motivo da ausência de interação com o setor industrial, o responsável pelas ações de gestão dos recursos pesqueiros da APABF considera que o contato com a indústria pesqueira será estabelecido posteriormente no momento em que os setores artesanais estiverem mais bem preparados, do ponto de vista político, para negociar com o segmento industrial.

A relativa ignorância das lideranças do maior sindicato patronal da pesca industrial do Brasil (SINDIPI) sobre a existência de uma área de proteção marinha no litoral centro-sul catarinense complementa o quadro de inexistência de interação entre a equipe da APABF e o segmento industrial da pesca. Quando questionados se tinham conhecimento da existência de uma APA na região, as lideranças do SINDIPI demonstraram não ter maiores informações sobre a UC. No geral, detinham uma vaga lembrança da criação de uma área protegida para as baleias, mas não a associaram ao controle do uso do espaço pesqueiro ou a proibições de pesca ocasionadas pela presença da UC.

Essa situação corrobora as considerações de Nuijten (1998), quando afirma que os atores estatais tendem a desconsiderar o jogo de forças que se manifestam nos espaços extra-locais onde incidem os programas governamentais. Para essa autora, ainda que alguns grupos careçam de medidas particulares e especializadas, ignorar a presença de atores "mais estruturados", material e subjetivamente, pode implicar graves erros de gestão e, consequentemente, comprometimento do sucesso das ações estatais localizadas, o que de fato ocorreu, como ficará evidente na análise do caso da regulamentação da pesca da tainha, apresentado a seguir.

O caso da regulamentação da pesca da tainha

Um dos principais conflitos que compõem a tensão mais geral entre pesca artesanal e industrial na APABF refere-se à captura da tainha pelo sistema de "arrasto". A tainha é uma espécie migratória que realiza um percurso no sentido sul–norte, deslocando-se a partir da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, seguindo pela linha da costa até o estado do Rio de Janeiro, sudeste do Brasil, para realizar a desova. Nesse deslocamento, os cardumes percorrem as partes mais rasas, bem próximas às praias, onde é possível a captura pelos pescadores artesanais (MEDEIROS, 2009). A disputa entre os dois tipos de pesca pela tainha é recente, porém extremamente contundente para o contexto da APABF, e envolve, na sua origem, uma conjunção de fatores deflagrados a partir de sucessivas intervenções do Estado brasileiro para o controle dos estoques de sardinha, com maior ênfase a partir da última crise da sardinha de 2000. O modo como o caso da regulamentação da tainha vem sendo gerido pela equipe da APABF tem influenciado a forma como os pescadores artesanais se relacionam com a equipe gestora da UC.

As bruscas reduções históricas no volume dos estoques de sardinha somadas às sucessivas oscilações nos períodos de proibição da pesca (períodos de defeso) resultaram na instabilidade do segmento industrial e fizeram com que, em particular a partir do ano de 2000, parte da frota traineira[9] migrasse para a pesca da tainha, sobretudo, durante os períodos de defeso da sardinha. Com o tempo, essa situação foi se agravando em consequência do crescente interesse do mercado internacional pela ova da tainha, considerada o "caviar" brasileiro e largamente exportada para Ásia

[9] Embarcações que operam com redes de cerco específicas para a pesca da sardinha.

e Europa. Devido ao elevado poder de captura das embarcações traineiras, os estoques de tainha foram abruptamente reduzidos (MIRANDA *et al*., 2011). A sobreposição de áreas de pesca industrial com o setor artesanal também reduziu de forma expressiva o volume dos cardumes capturados por esse último grupo.

Nesse contexto se aprofundaram as disputas entre pesca artesanal e industrial com reflexos diretos na APABF, pois nessa zona a tainha é uma das espécies com maior representatividade socioeconômica para o setor de base artesanal. O período da safra (maio e julho) é um dos momentos mais esperados pelas populações locais, incluindo não só os segmentos envolvidos diretamente com a pesca, mas também por aqueles que dela se beneficiam mediante a aquisição do produto, a exemplo de restaurantes, peixarias, mercados, hotéis, dentre outros. Medeiros (2002) observou que a captura da tainha incrementa a renda familiar do pescador em até quatro vezes, garantindo uma margem financeira para os períodos de escassez da pesca. Além da importância material, a pesca da tainha é uma atividade que articula outros aspectos ligados à sociabilidade e territorialidade das populações pesqueiras. A pesca artesanal da tainha é realizada tradicionalmente no sistema de arrasto de praia desde o tempo dos imigrantes portugueses. Nesse tipo de pesca, "os pescadores reúnem-se num sistema de 'camaradas' e 'tripulantes' para a realização da atividade. Os 'tripulantes' são compostos por 4 a 5 pescadores profissionais, além dos vigias, responsáveis por avistar o cardume e coordenar, da beira da praia, o lançamento da rede pelos tripulantes. Os 'camaradas' são formados por pescadores, aposentados e moradores da comunidade que completam um rito comunitário de integração, reciprocidade e partilha dos recursos pesqueiros" (MEDEIROS, 2009, p.163).

Em 2008, o IBAMA publicou a Instrução Normativa nº 171 (IN 171), que estabelece normas, critérios e padrões para o

exercício da pesca da tainha no litoral das regiões sudeste e sul do Brasil (Brasil, 2008). Essa legislação estipula a proibição da prática de todas as modalidades de pesca, exceto a pesca com tarrafa, nas desembocaduras estuarino-lagunares e permite a pesca anual da tainha somente a partir de quinze de maio tanto para a pesca de base artesanal quanto industrial. Importante grifar que anteriormente a captura da tainha começava entre os meses de março e abril quando as embarcações industriais se deslocavam para a saída da Lagoa dos Patos, tida como o "berçário" natural de muitas espécies de pescado, inclusive das tainhas (MEDEIROS, 2009). Além disso, a IN 171 limitou o esforço de pesca máximo permitido para frota industrial de traineiras a sessenta embarcações e proibiu o exercício de todas as modalidades de pesca artesanal, com exceção do arrasto de praia, em uma faixa de uma milha náutica da costa e trezentos metros dos costões rochosos em todo litoral de Santa Catarina durante a temporada da tainha. Essa última proibição tinha o propósito de valorizar a pesca de arrastão de praia e diminuir os constantes conflitos, internos ao setor artesanal, entre a pesca comunitária pelo arrasto de praia e a pesca com redes de emalhe. Na tentativa de resolução do problema da sobreposição de áreas de pesca entre os setores artesanais e industriais foi estabelecido um corredor de exclusão de pesca industrial que, dentro da APABF, incide sobre uma faixa de cinco milhas da costa. Assim, quando aberta a temporada da tainha, a partir de quinze de maio, as traineiras com permissão para a prática da atividade na região só podem pescar na área externa ao corredor de cinco milhas náuticas.

O aparato legal foi recebido com indignação pelo setor industrial e por parcela do setor artesanal da pesca. Os empresários da frota industrial consideram o corredor de exclusão da pesca muito amplo e sentiram-se prejudicados com o reduzido número de embarcações liberadas para a prática: sessenta no máximo. Medeiros (2009) explica que antes, esse número era de aproximadamente duzentas embarcações podendo aumentar

indefinidamente, pois sobre a modalidade de captura da tainha não incidia nenhum tipo de controle legal. Ademais, parcela do setor artesanal, em particular os pescadores que operavam com barcos e rede de emalhar, ficaram descontentes com a proibição da pesca artesanal na faixa de uma milha (1.800 metros) das praias e trezentos metros dos costões. Eles argumentavam que quase todo o esforço de pesca se concentra nessa faixa. Em contrapartida, a grande maioria dos pescadores do arrasto comunitário de praia – prática que mobiliza de trinta a cem pessoas, dependendo do tamanho dos cardumes – sentiu-se contemplada em suas reivindicações, pois os conflitos com os pescadores artesanais que operam com rede de emalhe diminuiriam.

Em nossa pesquisa de campo foi possível perceber, no entanto, posições contraditórias de pescadores artesanais em relação às implicações da Instrução Normativa para a pesca do arrasto comunitário de praia, um dos tipos de pesca mais importantes para as comunidades da APABF. Como a tainha se desloca pela costa influenciada pelas condições climáticas e oceanográficas, a cada ano ela passa pelas praias em momentos diferentes. Com a nova regulamentação, os pescadores não poderão capturá-la antes da data de quinze de maio. Dessa forma, o período da safra fixado pelo IBAMA pode favorecer algumas comunidades em detrimento de outras. Como se pode perceber, o comportamento do nosso ator-rede "tainha" modifica consideravelmente o padrão de disputas e alianças dentro da APABF. O relato, a seguir, do responsável pelas ações de gestão dos recursos pesqueiros da APABF, clarifica essa afirmação e explicita o ponto de vista da equipe da APA e, por extensão do ICMBio, responsável pela administração da UC. Além disso, expressa algumas das dificuldades de agência do ICMBio, no cenário local, enquanto intermediário de distintos modos de vida e interesses, incluindo aqueles atribuídos às tainhas.

> **O fato é o seguinte, todo mundo quer regra desde que seja para os outros, isso é um problema que a gente tem**

> **na gestão de recursos pesqueiros**. Sério, todo mundo quer regra desde que seja pros outros, **aí inclusive, gera conflitos dentro da própria pesca artesanal**, a maior parte dos conflitos internos da pesca artesanal são por causa disso. Hoje, se eu for tomar mais ou menos, é possível que exista uma tensão entre os artesanais que pescam tainha de bote e os artesanais que só pescam com arrasto de praia. Em relação a essa data, os artesanais que pescam de bote dizem melhor, protege mais o estoque e com certeza vou pescar mais daqui a algum tempo independente disso, e os outros, não, eu quero agora, eu só pesco quando ela passa aqui eu não saio atrás dela... **então harmonizar esse conjunto é extremamente difícil**. (grifos dos autores).

As consequências da posição intermediária ocupada pelos servidores públicos que trabalham com a implantação de programas governamentais são amplamente discutidas pelos estudos baseados no enfoque das interfaces. Nele, esses atores figuram como um elemento central na mediação entre os projetos governamentais, planejados e geridos nas esferas nacionais, e as esferas localizadas onde incidem. Quando eficientes, eles são o fio condutor que une as escalas macro e micro de organização social. Mas, para cumprir essa função, precisam empreender compreensões cotidianas próprias e modelos de ação híbridos, resultantes da fusão de elementos extraídos da lógica de funcionamento da burocracia e cultura política dos órgãos governamentais, assim como da lógica de funcionamento das populações localizadas onde atuam (LONG, 2007). Com efeito, pode ser extremamente difícil, para não dizer impossível, conciliar a conservação dos estoques de tainha com a satisfação das necessidades dos pescadores artesanais presentes na APABF, dada a variedade dos espaços de pesca e métodos de capturas ali existentes e as consequentes divergências entre os próprios pescadores artesanais. Long (2007) destaca que, apesar das dificuldades inerentes à posição intermediária desses atores, existe

uma associação direta entre a eficiência do trabalho de mediação realizado por eles e o incremento da qualidade de vida das populações influenciadas por programas de intervenção estatal localizado, como é o caso da criação de unidades de conservação e da regulamentação da captura da tainha, aqui analisadas.

Diante das pressões de ambos os setores, um dia antes da abertura da safra de tainha de 2009, o IBAMA foi induzido por lideranças do Ministério da Pesca e Aquicultura, a publicar uma nova instrução normativa. Com a efetivação dessa medida, a faixa de proibição de pesca artesanal com redes de emalhar foi reduzida de uma milha náutica para 800 metros da praia e a concessão de pesca foi liberada para todas as embarcações traineiras que apresentassem Mapas de Bordo (relatório oficial de produção pesqueira das embarcações industriais), comprovando a captura de tainhas no ano de 2008. Com isso, 115 embarcações traineiras conseguiram permissão de pesca em 2009 (MIRANDA *et al*., 2011). Apesar dos estudos técnicos e acordos locais firmados entre os setores quando da organização e publicação da primeira instrução normativa, as articulações políticas empreendidas pelo segmento industrial, diretamente no espaço político federal (junto ao MPA), determinaram a forma de uso e gestão da pesca da tainha em escala localizada (MEDEIROS, 2009).

Novamente, as observações de Nuijten (1998) sobre a ineficiência de algumas estratégias de gestão segregadoras por parte dos atores governamentais locais mostraram-se adequadas para a análise da realidade empírica da APABF. Apesar de todos os esforços da equipe gestora dessa APA no sentido de produzir acordos e alianças locais com os pescadores artesanais para definição de uma normativa que contemplasse os anseios da maior parte dos pescadores da região, a falta de habilidade em incluir na negociação o segmento industrial pode ter contribuído para "minar" as possibilidades de sucesso de efetivação da instrução normativa tal como fora publicada originalmente em comum

acordo com o segmento pesqueiro de base artesanal. Os representantes do segmento industrial sentindo-se contrariados pela primeira normativa iniciaram um processo de articulação diretamente com as esferas federais de representação da categoria em Brasília, já que não se tem tradição de gestão da pesca industrial em escala local.

Como consequência, os pescadores artesanais responsabilizam a equipe da APABF e o ICMBio pelas alterações feitas de última hora na instrução normativa. Para eles, esse documento acabou beneficiando o segmento industrial, pois quando a temporada é aberta os barcos industriais, através de seus sonares, conseguem rastrear os cardumes e deslocar-se rapidamente até eles, onde quer que estejam. Já os pescadores artesanais, que também precisam aguardar a abertura da temporada, necessitam esperar que o peixe chegue próximo à costa. De acordo com os pescadores entrevistados, a cada ano, menos cardumes "batem" na praia, pois os barcos industriais os capturam antes que se aproximem da costa.

Nas palavras de uma das lideranças da pesca artesanal e presidente de uma das instituições parceiras da APA: "a APABF só faz prometer, mas na hora de resolver os problemas reais dos pescadores nada acontece, 'morre na praia'". Segundo ele, desde a criação do conselho gestor da UC, os pescadores sempre estiveram engajados nos projetos da APA, inclusive naqueles que não diziam respeito à pesca, mas poucos foram os retornos para a categoria. Em sua opinião, se a APABF contribuiu, por um lado, para frear a ocupação, sobretudo, de terrenos de marinha e áreas protegidas próximas às praias, por outro, não se conseguiu avançar na regulamentação da parte marítima. Na sua visão, a criação da UC piorou a situação da pesca artesanal, pois além de não promover a regulamentação de áreas específicas para o setor deixou que fossem criadas portarias que restringem a captura da tainha a favor da proteção das baleias. Ele relata que a maioria dos pescadores que anteriormente eram mais próximos da APABF, agora receia

estabelecer novos acordos, pois as promessas já efetuadas nunca se cumprem. Ao que parece alguns pescadores tributaram demasiada esperança nas ações da equipe da APABF, não somente com relação ao tema da regulamentação da pesca da tainha como também aos demais assuntos demandados pelo setor pesqueiro artesanal.

Nuijten (1998, p.347) discorre largamente sobre as características do Estado mexicano e suas implicações para o desenvolvimento de programas estatais localizados e descreve situação semelhante à encontrada nesta pesquisa. Essa autora rotula o governo mexicano como sendo uma "máquina geradora de esperanças", referindo-se à sua habilidade para "em certos pontos e em certas circunstâncias superar o ceticismo do povo e, de fato, seduzi-lo para começar a fantasiar novamente sobre novos projetos, portanto, recomeçar um ciclo interminável de grandes expectativas seguido de desilusão e riso irônico". A formação da ideia popular de "um Estado" que exerce autoridade e tudo controla, é central para o funcionamento da burocracia como uma "máquina geradora de esperanças". Na medida em que cria a falsa ideia de que todos os projetos são possíveis e que as coisas serão diferentes a partir de "agora", ao invés de produzir certa racionalidade e coerência, a "máquina" gera alegrias e prazeres, mas também medo e frustração. Os próprios servidores estatais encontram-se, de certa forma, cooptados pelo mecanismo de "geração de esperanças" da "máquina" burocrática. Funcionários governamentais jovens e pesquisadores contratados para cargos de confiança na área socioambiental podem ser igualmente seduzidos pela ideia da mudança. Mas bastam alguns anos para que percebam que boas propostas e intenções não são suficientes para transformar a cultura política de um país, assim como a cultura e formas de organização das populações sobre as quais incidem os projetos.

Considerações finais

Diante do exposto sobre as relações estabelecidas entre os oito atores-rede envolvidos no conflito mais geral entre pesca industrial e artesanal e suas implicações para a conservação marinha do litoral centro-sul de Santa Catarina, quatro aspectos merecem ser destacados. Primeiro, o excesso de fragmentação, disputas e divergências presentes no interior do segmento pesqueiro artesanal tende a dificultar ou frequentemente bloquear o estabelecimento de acordos e alianças internas ao setor, dificultando, portanto, o planejamento e execução pelos atores governamentais de ações concretas de regulamentação espacial da atividade pesqueira dentro da APABF. A realidade sugere que o universo da pesca artesanal na região é muito mais fragmentado e socialmente disperso do que se imagina. Essas características devem ser apreendidas como parte da essência da estrutura organizativa do segmento e tomadas como pressuposto, ou ponto de partida, para investigar as relações entre pesca artesanal, pesca industrial, populações locais e instituições políticas na APABF.

Segundo, os conceitos de ator social e ator-rede da TAR deram suporte teórico a uma visão do social que nos permitiu reconhecer o papel dos atores não-humanos na organização territorial da APA BF. Entendemos que baleias francas e peixes não detêm, eles mesmos, agência sobre as sociedades e seus espaços de ação, mas estão no centro das disputas e projetos que organizam os territórios. Sem eles, a APABF não seria uma realidade e por influência deles os demais atores se posicionam, ora cooperando ora disputando, dentro do conflito mais geral da pesca na região.

Terceiro, o sistema político e administrativo da "máquina" estatal, baseado em interações mais interpessoais do que em normativas e em mecanismos burocráticos sinuosos, confusos, ineficazes e, por vezes, obscuros, tende a estimular uma postura desconfiada e reativa por parte das populações. A impossibilidade da equipe gestora em levar a cabo determinadas ações importantes acordadas previamente nos espaços locais decorre de interferências burocráticas decididas em espaços administrativos alocados em

Brasília, onde o setor industrial exerce maior influência. No caso da gestão espacial da pesca e dos recursos pesqueiros da APABF, essa interação ficou evidente no conflito da tainha, na medida em que os esforços de parte do segmento de base artesanal em estabelecer parcerias com a equipe da APABF foram frustrados pelas manobras do segmento pesqueiro industrial junto ao MPA em Brasília.

Quarto, nossos resultados sugerem que para desenvolver ou alterar as atuais formas de organização com vistas a melhorar a posição de certos grupos, primeiro é necessário o estudo das práticas existentes nos contextos localizados a fim de se obter uma visão concreta e mais aproximada das relações de força em que essas práticas se constituíram. Mas, dado que essas relações de força são moldadas sem ligação direta com os contextos particulares por atores em mudança constante, o sucesso da gestão socioambiental em unidades de conservação pode depender menos dos gestores públicos e organizações da sociedade civil do que da articulação de um conjunto muito mais amplo e difuso de interações. Parafraseando Nuijten (1998, p.357), "uma constelação, mais do que uma estrutura", ou seja, depende muito mais de uma rede de forças e atores interativos, do que de estruturas formais organizativas e centralizadoras como o Estado, os pescadores, as indústrias, a equipe de servidores da APABF etc.

Referências bibliográficas

ADRIANO, J. **Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense**. Estudo de caso sobre a experiência do Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, no período de 2001 a 2010. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGSP, UFSC, 2011, Florianópolis (Dissertação de mestrado).

BRASIL. **Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, 14 de setembro de 2000**. Brasília: Diário Oficial da União, nº 179, 15 de setembro de 2000.

_____. **Lei nº 9.985/2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/SBF, 2002. p. 52.

_____. **Instrução Normativa n° 171, 09 de maio de 2008**. Brasília: Diário Oficial da União, 12 de maio de 2008.

CASTELLS**,** Manuel, **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAGNINO, E. *et al*. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E., OLIVERA, A.J. e PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. SP:Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DIEGUES, A.C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FAO, Food and Agriculture Organization. **The State of World Fisheries and Aquaculture**, Roma. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Fisheries and Aquaculture Department, 2012.

FERREIRA, L.C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente e Sociedade**. Vol. VII, n. 1. Jan-jun. 2004, pp. 47-68

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade.** vol. 4 (7), 2005, p.105-118.

FILARDI, A.C.L. **Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba** *(SC):* potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGGEO, UFSC, 2007, Florianópolis (Dissertação de mestrado).

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis:Vozes, 2009.
IPCC. **Summary for Policymakers.** Working Group I Contribution to the IPCC Fifth Assessment Report *Climate Change 2013: The Physical Science Basis*. 2013.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008a.

_____. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del ator-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008b.
LONG, N. **Sociología del desarrollo***:* Una perspectiva centrada en el actor. México: CIESA -Colegio de San Luis Milkman, 2007.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [*on line*]. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol.XVII, nº 988. 2012. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-989.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. **Entre terra e mar*:* interfaces no processo de transformação territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGGEO, UFSC, 2012, Florianópolis (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, R.P. **Estratégias de pesca e usos dos recursos em uma comunidade de pescadores artesanais da praia do Pântano do Sul (Florianópolis, Santa Catarina)**. Universidade de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2002, Campinas (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, R.P. **Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais**: estudo de caso na área da Baía de Tijucas no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGSP, UFSC, 2009, Florianópolis (Tese de doutorado).

MIRANDA, L.V. de; CARNEIRO, M.H.; PERES, M.B.; CERGOLE, M.C.; MENDONCA, J.T. Contribuições ao processo de ordenamento da pesca da espécie *Mugil lisa* (Teleostei:mugilidae) nas regiões sudeste e sul do Brasil entre os anos de 2006 e 2010. **Série Relatórios Técnicos do Instituto de Pesca**, São Paulo, n° 49:1 – 23, 2011. Disponível em: < ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_49.pdf> Acesso em: 29 jun. 2015.

MMA. *Pilares para sustentabilidade financeira do sistema nacional de unidades de conservação*. Brasília. 2010.

MPA. **Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília, 2011.

NUIJTEN, M. **In the name of the land: organization, transnationalism, and the culture of the State in a mexican ejido.** Wageningen: Agricultural University Wageningen. 1998.

ORLANDO, R.L.M.A. A evolução dos critérios par seleção de áreas protegidas. In: *Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil*. São Lourenço – MG, 2009.

PALAZZO, J.T.; GROCH, K.R.; SILVEIRA, H.A. **Projeto Baleia Franca: 25 anos de pesquisa e conservação, 1982-2007**. Imbituba: IWC-Brasil, 2007.

SACK, D.R. O significado da territorialidade. In: DIAS, L.C.; FERRARI, M. (Ed.) **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-89.

SEAP. **Cartilha do usuário do Registro Geral da Pesca – RGP**. SEAP/PR, sd.

SEPESCA. **Itajaí vai ser palco de maior evento de pesca já produzido no país na próxima semana**. 2010 <http://sepesca.itajai.sc.gov.br/noticiasp_det.php?id_noticia=18273>. [Acesso em: 12 dez. 2012].

SOUZA, M.J.L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C. da C (Ed.). **Geografia: conceitos e temas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

UICN, WWF-BRASIL, IPÊ. **Metas de Aichi*:* Situação atual no Brasil**. In: WEIGAND, R. Jr.; SILVA, D.C.; SILVA, D.O. (Ed.). Brasília: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 2011.

TURLEY C. & GATTUSO J.-P., 2012. Future biological and ecosystem impacts of ocean acidification and their socioeconomic-policy implications. **Current Opinion In Environmental Sustainability.** 4:278–286.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.C.; SALES, R.R. **Relatório PNUD integrado*:* diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**. Brasília: SEAP/PR, 2004.

Recebido em julho de 2015
Aceito em setembro de 2015